

O personalismo: uma re-leitura do pensamento filosófico de Mounier

João Francisco Cócaro Ribeiro¹

Fábio César Junges²

Resumo: O presente artigo tem como escopo realizar uma re-leitura a partir do pensamento filosófico de Emmanuel Mounier imbricado, principalmente, na obra *O Personalismo*. A admoestação de Mounier tem ênfase na liberdade da pessoa humana, a qual a presente analítica investigará, a partir dos desenvolvimentos da noção de pessoa ao longo da tradição filosófica ocidental, com a intenção de, num primeiro momento, caracterizar a visão unilateral de pessoa e, num segundo momento, apresentar a dialética do contínuo compromisso entre imanência e transcendência, corpo e espírito, expressões mais próprias do personalismo de Mounier.

Palavras-chave: Re-leitura; Emmanuel Mounier; Liberdade; Tradição.

Personalism: a re-reading of Mounier philosophical thought

Abstract: This article aims to re-read from the philosophical thought of Emmanuel Mounier imbricated, mainly, in the work *The Personalism*. Mounier's admonition emphasizes the freedom of the human person, which the present analytic will investigate, from the developments of the notion of person throughout the Western philosophical tradition, with the intention of, at first, characterizing the unilateral vision of person and, in a second moment, to present the dialectic of the continuous compromise between immanence and transcendence, body and spirit, expressions more proper to Mounier's personalism.

Keywords: Re-lease; Emmanuel Mounier; Freedom; Tradition.

Introdução

À guisa de introdução, a re-leitura consubstancia-se na pregnância de uma compreensão profunda da coisa pensante do autor e na rigorosa interpretação, “hermenêutica”, baseada em re-flexões (copiosas flexões pensantes), e me-ditações (ditar para si mesmo). À luz de esclarecimento, deve-se partir do obscuro para o claro, de forma que se clarifique o pensamento do autor, conduzindo o leitor à compreensão.

De início, a questão de pessoa e de liberdade, ao longo da história do pensamento humano, tem recebido diversos desdobramentos. O tratamento desta questão, contudo, a partir do pensamento filosófico de Mounier, revela uma grande dificuldade devido a compreensões enviesadas no que diz respeito a este conceito fundamental da vida humana. Tem-se, assim, um paradoxo, uma vez que, por um lado, afirma-se a dificuldade de trabalhar esta questão e, por outro, percebe-se, no mundo atual, uma tendência

1 Graduando em Direito pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), campus de Santo Ângelo. Curso de Pós-graduação em Filosofia na Contemporaneidade em andamento.

2 Doutorado em Teologia pela Faculdades EST (2015), Mestrado em Teologia pela Faculdades EST (2011), Graduação em Teologia (Bacharelado) pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - URI (2008), com bolsa PIIC-URI.

generalizada de afirmação da mesma. Trata-se, em última análise, de compreensões diferenciadas, que, portanto, precisam ser desmistificadas para que desabroche uma autêntica concepção de pessoa humana.

A raiz da distorção encontra-se, segundo Mounier, na compreensão dualista do universo desenvolvida pela tradição filosófica ocidental. Esta tradição tem se originado na Grécia antiga e sido reforçada pela filosofia moderna. A partir daí, tem-se compreendido tudo em função de duas dimensões inconciliáveis, que, na verdade, formam uma unidade indissolúvel. Como nossa sociedade hodierna é marcadamente influenciada por essa visão dualista, há a tendência de se compreender a liberdade humana apenas a partir de uma dimensão.

Sabe-se que a afirmação da liberdade humana é uma das questões fundamentais do pensamento filosófico de Mounier. É necessário, contudo, interrogar: a pessoa, para Mounier, é verdadeiramente livre? Ou a maneira de Mounier falar da liberdade humana – é livre e sempre imprevisível (MOUNIER, 1960, p. 14) – constitui-se apenas em uma metáfora? Eis o problema a que esta investigação procura responder.

A tese aqui defendida é que a pessoa, para Mounier, é sempre e inteiramente livre. A liberdade, contudo, é tanto irreduzível a uma coisa material quanto a uma espontaneidade vital. Isto é, não se trata de uma liberdade dada, que pudesse ser tocada e verificada sua real existência nem se reduz à pura subjetividade, tida como manifestação espontânea, sem limitação alguma. A liberdade é, para Mounier, condicionada, resultado da própria condição e situação humana, que é, simultaneamente, conjunto de condições dadas e poder de ultrapassamento dessas condições.

A liberdade se dá numa experiência existencial do ser humano, ela é “afirmação da pessoa, vive-se, não se vê” (MOUNIER, 1960, p. 106). Neste sentido, o ser humano torna-se livre libertando-se dos dados opressivos de sua situação. Na medida em que se considera o ser humano na sua unidade, resulta uma genuína afirmação da liberdade humana: a liberdade, então, “é vida, sentida num esforço de libertação, mais do que facilidades herdadas, uma liberdade dramática” (SEVERINO, 1983, p. 72), precisa sempre ser reconquistada.

Antes, contudo, de se chegar ao sentido da liberdade humana, há a necessidade de percorrer um caminho mais longo. Na medida em que a liberdade está assentada na ideia de condição e situação humana, é preciso que se desenvolva, primeiramente, a noção de pessoa presente no pensamento filosófico mounieriano. Mas, sendo que se defende que compreensões distorcidas da liberdade humana são resultados de uma distorção da noção de pessoa, é *sine qua non* que se desenvolva a raiz e os diversos desdobramentos dessa distorção.

A pesquisa se caracteriza essencialmente como bibliográfica. Na primeira seção, realizar-se-á um breve histórico da noção de pessoa e da condição pessoal. Ao realizar esta análise, destaca-se o quanto a pessoa foi tratada, ao longo da tradição filosófica, de forma unilateral. Dentre as poucas perspectivas de pensamento que valorizaram o ser humano na sua unidade, talvez tenha se destacado o cristianismo. Mas este, por sua vez, também logo sofreu a influência da visão dualista da pessoa. Esta visão redutora tem acarretado inúmeros problemas para a humanidade. Por isso, também foram desenvolvidas as principais consequências resultadas dessas interpretações unilaterais.

Realizando essas análises, torna-se possível, na segunda seção, apresentar a noção de pessoa presente na filosofia personalista de Mounier. Resultou em uma visão que procura contemplar a pessoa em sua unidade. Trata-se de uma noção que toma a pessoa como constituída de espírito e matéria, imanência e transcendência, mas que não podem ser tomados como dissociáveis. É justamente essa dialética do contínuo compromisso entre imanência e transcendência, corpo e espírito, uma das mais fortes expressões do personalismo de Mounier.

Da re-leitura propriamente dita

Sendo a existência de pessoas livres e criadoras a afirmação central do personalismo, torna-se impossível pretender qualquer sistematização definitiva deste pensamento. Mas, apesar de fugir de toda a sistematização, o personalismo não pode ser tomado como sendo apenas uma atitude, ao final de contas, trabalha com conceitos, com estruturas e com esquemas, portanto, é filosofia, que tem como ponto de partida a experiência da pessoa (RUEDELL, 1985, p. 31). Claro, pretender definir a pessoa é se posicionar contra o personalismo. Pois, segundo Mounier, define-se apenas “objetos exteriores, que se encontram ao alcance de nossa vista” (MOUNIER, 1960, p. 15) não o homem, que é sempre imprevisível.

Acontece que, ao longo da tradição da humanidade, por diversas vezes se definiu o homem. Chegar à natureza deste era a principal preocupação. Dessas definições, contudo, nunca resultou uma concepção de pessoa que valorizasse todas as suas dimensões. Muito pelo contrário, resultaram concepções unilaterais. Estas, antes de possibilitar uma melhor compreensão da pessoa, enquadraram-na em conceitos forjados.

É deste pensamento redutor que o personalismo de Mounier quer fugir. Preocupado com a pessoa, Mounier denuncia essa concepção redutora e anuncia uma nova perspectiva de pensamento. A pessoa, para ele, nunca poderá ser enquadrada em conceitos. Ela é tudo aquilo que foge à sistematização. Não é o mais maravilhoso objeto do mundo, objeto que pode ser conhecido de fora. É, ao contrário, “a única realidade que conhecemos e que, simultaneamente, construímos de dentro. Sempre presente, nunca se oferece” (MOUNIER, 1960, p. 17). Ei-lo o porquê a pessoa não pode ser tratada como objeto.

Eis o meu vizinho. Tem do seu corpo um sentimento único, de que não posso participar; mas posso observar de fora esse corpo, examinar as suas disposições, manifestações hereditárias, formas, doenças, numa palavra tratá-lo como se tratam matérias do saber fisiológico, médico, etc. Se é funcionário terá um regulamento de funcionário, uma psicologia de funcionário, que podem ser estudados *no* seu caso, embora não se identifique com *ele*, com ele todo, na sua realidade compreensiva. Do mesmo modo, será ainda *um* francês, *um* burguês, *um* maniaco, *um* socialista, *um* católico, etc. Mas já não será *um* Bernardt Chartier; é Bernardt Chartier. As mil maneiras porque eu posso determiná-lo como *um* exemplar duma classe ajudam-me a compreendê-lo e, sobretudo a utilizá-lo, a saber como hei-de comportar quando estou com ele. Não são, no entanto, mais do que facetas fornecidas por cada um dos diferentes aspectos da sua existência. Mil fotografias sobrepostas não nos dão um homem que anda, que pensa, que quer (MOUNIER, 1960, p. 16).

Esse tipo de pensamento redutor é, sem sombra de dúvida, a antítese do universo pessoal. Trata-se de um grande pecado contra a pessoa. Na medida em que estes conceitos se entregam a capas de tranquilidade, onde nada se cria, onde não há riscos, nega-se a pessoa. Abdica-se, assim, do universo pessoal, da condição de existentes “fervorosos, livres e responsáveis, que enfrentam o destino em lucidez e coragem” (MOUNIER, 1963, p. 17). “Faz da humanidade uma imensa e perfeita casa de bonecas” (MOUNIER, 1960, p. 17).

Apesar desses pensamentos, que enquadram a pessoa em determinados conceitos, os recursos da pessoa são indefinidos: “nada do que a exprime a esgota, nada do que a condiciona a escraviza” (MOUNIER, 1960, p. 17). Por isso, é possível de sempre pensar novas possibilidades. Antes, contudo, de fornecer novas perspectivas, Mounier apresenta uma breve história da noção de pessoa e da condição pessoal. Há a necessidade de ter uma idéia sumária do que foi a tradição do pensamento da humanidade, a fim de que se visualize e denuncie as perspectivas redutoras, mas também se absorva perspectivas que valorizam o universo pessoal.

Concepção de pessoa ao longo da tradição

Ao analisar o pensamento humano, percebe-se o quanto a pessoa foi tratada de forma unilateral. E, ainda, na medida em que surgia uma perspectiva com conotação diversa, esta era completamente negada ou, se de outra forma não fosse possível, era envolvida com o manto redutor da tradição. Para

se compreender melhor estes traços apresentados, faz-se necessário acompanhar o desenvolvimento do pensamento humano desde o início da filosofia até os dias mais atuais.

No pensamento antigo a pessoa se encontra completamente imersa na família e na *pólis*. Os seres humanos encontram-se submetidos por um destino cego. A tal ponto que a escravatura não choca os filósofos da época. Ao contrário, a escravatura é ratificada por eles, afirmando que é da natureza de alguns serem servos e outros senhores. Diante disso, qual é a preocupação dos filósofos da época? “Os filósofos apenas se preocupam com o pensamento impessoal e sua ordem imóvel que rege simultaneamente a natureza e as ideias” (MOUNIER, 1960, p. 20).

O singular, nesta concepção, é tomado, no máximo, como sendo uma sombra das ideias. A tal ponto que, Platão procurou reduzir o singular a uma participação na Natureza. Platão dividiu a realidade em mundo material (imperfeito) e mundo das ideias (perfeito e universal). Afirmava que alma estava presa ao corpo por ter decaído por um processo de corrupção. Já Aristóteles, mesmo que afirme que somente o singular é real, o seu motor imóvel jamais pode ter uma vontade particular, nem conhecer essências singulares (MOUNIER, 1960, p. 20).

Tanto um como outro submetem o homem pessoal e ativo a um ser fictício impessoal. Na realidade, a natureza nada mais nos dá, nada mais entrega ao nosso conhecimento racional do que um feixe infinitamente complicado de indeterminações, das quais nem chegamos a saber se, para além dos sistemas que formulamos para assegurar nossa marcha, serão redutíveis a uma unidade lógica (MOUNIER, 1960, p. 39).

É nos escritos dos primeiros filósofos que se encontra a separação de duas realidades: corpo e espírito; natureza e transcendência. O cristianismo procura romper com essa visão. A visão do povo de Deus na Bíblia não era assim, exceto o livro da Sabedoria que tem influência da concepção grega, pois foi escrito em Alexandria. O conjunto das concepções expressas nas Sagradas Escrituras não manifestam, segundo Mounier, esse tipo de dualismo e sim uma tendência unitária que não permite a separação de planos distintos, como corpo e alma, religião e realidade social, entre outras, ao contrário dos gregos, que corpo e alma ou matéria e espírito, eram tomadas como realidades totalmente distintas e opostas.

O Ser Supremo das Sagradas Escrituras não confere unidade aos seres humanos a partir de uma abstração da ideia. Cada ser humano é único, capaz de multiplicar indefinidamente atos de amor únicos (MOUNIER, 1960, p. 22). O ser humano não é tomado como uma imperfeição, mas como uma multiplicidade que se vai constituindo na infinita força de amor com os demais seres humanos. “O indivíduo deixa de ser o cruzamento de várias participações em mais gerais realidades (matéria, espírito, ideias, etc), para ser um todo indissociável, cuja unidade, porque no absoluto assente, prece a multiplicidade” (MOUNIER, 1960, p. 22).

Trata-se, no fundo, de um chamado à existência. Esta jamais pode ser assimilada a uma ideia abstrata da natureza ou das Ideias. É, ao contrário, segredo dos corações de todos os existentes. Estes podem decidir-se livremente, pois Deus não tem feito o ser humano perfeito: “preferiu que ele fosse chamado a amadurecer livremente a humanidade e os efeitos da vida divina” (MOUNIER, 1960, p. 23). O ser humano tem o direito de pecar, errar, sendo este direito essencial para o seu pleno uso da liberdade. Se não fosse assim, o ser humano jamais deixaria de participar de uma tirania de uma ideia abstrata de um Destino. Na concepção de base do cristianismo, segundo Mounier,

Já não reina a tirania abstrata de um Destino, duma constelação de ideias ou de um Pensamento Impessoal, indiferentes a destinos individuais, mas um Deus que é ele próprio pessoal, embora dum modo eminente, um Deus que “entregou a sua pessoa” para assumir e transfigurar a condição humana, e que propõe a cada pessoa uma relação única em intimidade, uma participação na sua divindade; um Deus que se não afirma, como pensou o ateísmo moderno (Bakounini, Feuerbach), sobre coisas arrancadas ao homem, mas que antes lhe outorga uma liberdade análoga à sua, pagando-lhe em generosidade o que em generosidade for dado (MOUNIER, 1960, p. 22).

Pela primeira vez é pensada a eminente relação do gênero humano. Não há separação de dois mundos. O Deus da base do cristianismo não se encontra completamente isolado do ser humano. A pessoa é criada à imagem de Deus e chamada a formar um imenso corpo místico na caridade de Cristo (MOUNIER, 1960, p. 24). A própria concepção de Trindade, o Pai, o Filho e o Espírito Santo, é manifestação dessa unidade. Jamais esse Deus poderá ser tomado como um Ser Supremo isolado da humanidade que se diverte com as palhaçadas realizadas pelos mesmos, num plano onde tudo já está determinado. Tem-se, portanto, na base do cristianismo, uma genuína afirmação da liberdade humana.

Essa visão, porém, era demasiado nova para a época. Em nossos dias, fica difícil de imaginar o escândalo que deve ter provocado para os gregos. Prova disso, é que essa concepção de base do cristianismo logo sofreu a influência do pensamento grego. Embora o cristianismo tenha lutado, desde o seu surgimento, contra a tentação dualista, não permaneceu por muito tempo imune dessa visão arrasadora. Segundo Mounier, na Idade Média o cristianismo foi platonizado, apesar das tentativas de afirmação da dignidade da matéria e a unidade da constituição humana (MOUNIER, 1960, p. 25).

Agora, com Descartes acontece uma nítida mudança. O voluntarismo havia preparado o caminho por onde poderia percorrer o pensamento filosófico cartesiano. Muitas interpretações, porém, dissolvem a filosofia cartesiana no racionalismo e no idealismo moderno, que, por sua vez, dissolvem a existência concreta na Ideia, esquecendo, assim, a riqueza do *cogito*. Trata-se, antes de ser uma dissolução na ideia, de uma conversão à existência. “Daí para diante a filosofia deixa de ser uma lição que se aprende, como era costume na escolástica decadente, para ser uma meditação pessoal, e a cada um é pedido que, por sua conta, a refaça” (MOUNIER, 1960, p. 25).

O pensamento cartesiano, contudo, não é apenas afirmação da existência. Traz consigo “germes do idealismo e solipsismo metafísicos que minarão profundamente o personalismo clássico de Leibniz aos kantianos” (MOUNIER, 1960, p. 25). Decorre daí o idealismo hegeliano. “Hegel fica-nos, sobretudo como o arquiteto imponente e monstruoso do imperialismo da ideia impessoal. Todas as coisas, todos os seres, vão-se dissolvendo na sua representação; não foi por acaso que ele veio a defender a total submissão do indivíduo ao Estado” (MOUNIER, 1960, p. 26). Analisando o pensamento hegeliano, Mounier se pergunta pelo lugar da pessoa neste sistema. Não há lugar para a pessoa. Isso se expressa claramente na expressão hegeliana: “tudo o que é real é racional, tudo o que é racional é real” (MOUNIER, 1963, p. 22). Hegel construiu, na verdade, uma catedral que banuiu o mistério do mundo e do homem.

Em torno do monumento idealista hegeliano, sobressaem posicionamentos que se esforçam em afirmar a dialética da pessoa em face ao idealismo solapador. Segundo Mounier, diversos pensadores deram significativas contribuições ao personalismo, a saber, Leibniz, Kant, Pascal, Kierkegaard, Rousseau, Malebranche, Goethe e Maine de Biran. Kierkegaard, por exemplo, é considerado por Mounier como o “profeta da grandeza paradoxal e dramática do homem, levanta-se contra o otimismo do conforto burguês e da razão fácil” (MOUNIER, 1960, p. 28). Opondo-se ao sistema hegeliano, Kierkegaard defende a impossibilidade de se construir sistemas da existência. A existência jamais pode ser reduzida a sistema.

“Paralelamente a Kierkegaard, Marx acusou Hegel de fazer do espírito abstrato, e não do homem concreto, o sujeito da história, reduzindo à Ideia a realidade viva dos homens” (MOUNIER, 1960, p. 28). Marx posiciona-se contra toda forma de despersonalização humana. Para Marx, segundo Mounier, a dissolução do homem na Ideia encontra-se nitidamente expressa “no mundo capitalista que trata o homem trabalhador como objeto da história e que, ao mesmo tempo que o expulsa de si próprio, o expulsa de seu reino natural” (MOUNIER, 1960, p. 28). Trata-se de um convite realizado para a filosofia, a fim de que esta trate dos problemas essenciais da vida moderna, libertando-se das mistificações idealistas.

Tem-se, a partir de Marx, uma série de pensadores preocupados em renovar problemas personalistas. Estes todos não serão evocados aqui. A preocupação é mais de perceber quais as correntes ou movimentos

filosóficos que dissolveram a pessoa num emaranhado de conceitos metafísicos redutores, do que trazer presente todo o desenvolvimento do pensamento filosófico. Além do mais, o cristianismo, Kierkegaard e Marx, que se destacam por colocarem a pessoa em primeiro plano, foram tratados de maneira bastante pontuada. Resta, contudo, compreender quais os principais problemas, consequências acarretadas por este pensamento redutor.

Problemas decorrentes da visão redutora

A revolução Francesa, sem dúvida, é um momento que marca um lento desenvolvimento da condição humana. É um momento especial, pois possibilita a libertação política e social. Apesar de todos os esforços, esse tempo traz seus problemas. Tem-se, nesse momento, a derrocada da estrutura feudal realizada pela burguesia. Esta, posicionando-se contra uma estrutura demasiada pesada, fecha-se num individualismo, ratificando a ideia de que todo revolucionário traz em seu bojo o desejo reacionário.

Essa libertação encontra-se limitada pelo individualismo burguês. O ser humano encontra-se completamente perdido nesta nova ordem social, realizando uma busca desenfreada por um lugar nesta nova sociedade. “Recuando perante essas novas angústias, e temendo as imprudências do desejo, o mundo do pequeno burguês recalca-o por detrás de uma aparência de medíocres satisfações: instaura o reino do individualismo cauteloso” (MOUNIER, 1960, p. 30).

O homem europeu vive uma crise danada, fruto do mundo burguês. Convencida da possibilidade de dominar o mundo e domesticar as paixões, a partir, respectivamente, da técnica e do racionalismo, a humanidade moderna entregou-se a triste ideia da razão unificadora. Decorre daí, porém, uma terrível frustração. Hoje “a crise espiritual é a crise do homem clássico europeu, nascido com o mundo burguês” (MOUNIER, 1960, p. 165). Três pensadores da humanidade revelam claramente o desequilíbrio moderno:

Para lá das harmonias econômicas, Marx revelava a luta sem tréguas de profundas forças sociais; para lá das harmonias psicológicas, Freud descobrira o turbilhão dos instintos; finalmente, Nietzsche anunciava o niilismo europeu antes de passar o facho a Dostoiévsky. As duas guerras mundiais, o aparecimento dos estados policiais e do universo concentracionário, orquestraram depois largamente estes temas (MOUNIER, 1960, p. 166).

A civilização moderna sofre de crise espiritual, uma verdadeira crise de valores e da própria civilização. Pois, a economia burguesa foi organizada a partir do econômico. Houve, assim, uma inversão de todas as leis da economia. O homem foi colocado à serviço do capital e do lucro, em vez de com estes satisfazer às necessidades humanas. Há uma completa indiferença da economia para com as pessoas que ela põe em jogo. “Como tal não conhece medidas, nem regras, a não ser as que ela mesma se atribui: os valores da burguesia” (RUDELL, 1985, p. 50). Eis no dizer de Mounier a crise que vive o homem moderno:

A crise de estruturas mistura-se com a crise espiritual. Através duma economia sem sentido, a ciência segue o seu curso impassível, redistribui as riquezas e perturba as forças. As classes sociais desagregam-se, as classes dirigentes caem na incompetência e na indecisão. O Estado procura-se no tumulto. Finalmente, a guerra ou a preparação para a guerra, resultante de tantos conflitos, paralisa de há trinta anos para cá o melhoramento das condições de existência e das funções primárias da vida coletiva (MOUNIER, 1960, p. 167).

Como se vê, a divisão do homem em duas substâncias independentes tem acarretado enormes dificuldades. Quando não dissolvido em conceitos abstratos, a saber, Ideia, Espírito, o ser humano é tratado de forma unilateral, de modo que se valorize apenas uma de suas dimensões: “a junção dos dois mundos é então inexplicável” (MOUNIER, 1960, p. 35). Na maioria das vezes, nega-se completamente o mundo material, corporal, natural, considerando-o simplesmente aparência do espírito, não tendo, portanto,

validade alguma. É com este pernicioso dualismo que o personalismo quer acabar, tanto na maneira de viver quanto de pensar. Pois,

O século XVIII pensou que a única solução para escapar às paixões das sociedades irracionais estava numa *sociedade racional*, fundada no acordo dos espíritos num pensamento impessoal, e no acordo dos comportamentos numa ordem jurídica formal. Pensavam que assim caminhariam para a paz universal através da instrução obrigatória, da organização industrial ou do reinado do direito. A experiência iria demonstrar que o saber não agita paixões, que o direito formal pode sufocar desordens persistentes, que a organização e a ideologia, quando desprezam o absoluto pessoal, levam, tal como as paixões, à polícia, à crueldade e à guerra. Numa palavra, que *não se pode estabelecer a universalidade esquecendo a pessoa* (MOUNIER, 1960, p. 71 - grifo nosso).

Mounier não se conforma com a mentalidade do mundo moderno. Esta sociedade se encontra sustentada em falsos valores. Não há, na verdade, valorização do mistério, da criatividade, da individualidade, da impenetrabilidade, da pessoa. Há apenas um indivíduo abstrato e solitário, desencarnado do próprio mundo em que vive. Por isso, há necessidade de salvar o homem.

Uma vez demonstradas as interpretações unilaterais da pessoa, pode-se acabar com o divórcio realizado entre espírito e matéria, pensamento e ação, etc. (MOUNIER, 1960, p. 23) e compreender “a pessoa no paradoxo ou na tensão entre a transcendência e a imanência; o individual e o social (ou coletivo); a subjetividade e a objetividade; a conversão íntima e o afrontamento, enfim entre personalização e a despersonalização” (RUEDELL, 1985, p. 31).

Por uma nova noção de pessoa

Chegado até aqui, poder-se-ia esperar que o personalismo começasse a definir a pessoa. Mas esse ser, o homem, não é objeto de definição. É, antes, apenas atingível através de uma experiência vivencial do que teórica. Se for possível circunscrever e assinalar essa experiência progressiva de uma vida, é porque não se limita a uma visão parcial daquilo que se visava atingir por inteiro. O ser humano, pois, não se entrega a um instrumento como os demais objetos. Ciência ou filosofia que assim o faz, segundo Mounier, esvazia a presença real da pessoa.

É preciso considerar que o “*espírito conhecente é um espírito existente*” (MOUNIER, 1963, p. 23), não em virtude de uma lógica imanente, mas em virtude de uma decisão pessoal e criadora. Nesse sentido, todo sistema se interpõe entre o filósofo existente e os demais existentes. Uma simples definição teórica jamais poderia exprimir a complexidade da pessoa, “razão profunda que impede que a existência possa ser reduzida a sistema. O sistema pertence à classe do repertório ou do instrumento. Coleciona e articula. Mas o inesgotável não se conta e o inalcançável não se articula” (MOUNIER, 1963, p. 32).

É por isso que Mounier questiona: “conhecer será realmente a primeira palavra? Para nos conhecermos e conhecermos o mundo com um conhecimento pleno e fervoroso, não deverá o próprio homem ser uma existência plena e fervorosa?” (MOUNIER, 1963, p. 20). Por diversas vezes o racionalismo pensou ter perscrutado toda a complexidade do ser humano. Entregou-se a um sono vital ao invés de assumir de forma fervorosa a existência. A primeira atitude da filosofia, portanto, não pode ser uma tentativa de conhecimento, pelo menos no sentido tomado pelo racionalismo. Consiste antes, em fazer a vida renascer. É, antes, um apelo: “Homem, acorda” (MOUNIER, 1963, p. 27), desse seu sono vital. Pois,

Um existente não é molde no qual se imprimam ideias, convicções ou instruções, é movimento dialético dum pensamento explícito para um pensamento refletido, de uma vontade surda e obscuramente agente para uma vontade agida, e a ideia, o apelo, a ordem, mesmo que sejam transcendentais, devem ir buscar no seio desse movimento as disposições que vão preencher. É preciso que o pensamento se faça carne, carne de existência, e, cada homem, carne da sua existência. (MOUNIER, 1963, p. 23).

Historicamente foi esquecido que o ser humano é um existente que “não pergunta em vão. Não procura a verdade, uma verdade impessoal e diferente para todos, mas, numa promessa de universalidade, indubitavelmente viva, a *sua* verdade, uma verdade que corresponda as suas aspirações, preencha as suas expectativas, resolva os seus problemas” (MOUNIER, 1963, p. 23). O racionalismo e a atitude positivista negam a existência, pois transformaram o ser humano “num feixe de ideias e conceitos dissolventes, num mundo de pontos infinitos e indiferentes. O mistério do ser, a plenitude e a densidade da existência não têm mais seu lugar neste universo pretensamente exaustivo de explicitação” (SEVERINO, 1983, p. 38).

Diante de todas essas colocações, poder-se-ia perguntar pela possibilidade de ainda elaborar uma noção de pessoa, pois “o nosso tempo repugna a ideia duma natureza humana permanente, exatamente porque tomou consciência das possibilidades ainda inexploradas da condição humana” (MOUNIER, 1960, p. 73). Apesar de crítico quanto a possibilidade de realizar exaustivamente uma noção de natureza humana, Mounier crê na possibilidade de elaborar uma noção de pessoa. A ideia de noção humana elimina o perigo de se considerar o ser humano como um simples existente vazio sem um futuro e sem finalidades. Tem-se, assim, uma dupla negação: negação da ideia de que a pessoa é um objeto circunscrito que facilmente se apreende e negação da ideia que toma o homem como um ser que simplesmente se faz.

Mounier visa, ao falar de noção humana ou condição humana, o modo propriamente humano de existência. Seu “ponto de partida da filosofia é a *experiência existencial da pessoa*” (RUDELL, 1985, p. 31). Severino, defendendo que Mounier foge de dois modos de tratar a pessoa, cita uma passagem de Mounier de sua obra *Qu'est-ce que le personalisme?*: “Mounier se eleva é contra ‘a representação do tipo aristotélico que expõe (*étale*) e imobiliza esta unidade num conteúdo desde a origem cheio de todos os seus traços futuros’; contra tal representação não oporá, contudo, ‘uma espécie de espontaneidade insensata e, por isto, entregue cegamente às servidões do universo” (SEVERINO, 1983, p. 33).

Mesmo rejeitando definições formais, Mounier não exclui de seu pensamento a noção de condição humana. A pessoa, portanto, não foi relegada ao indizível. “Uma coisa é rejeitar a tirania das definições formais, outra é recusar ao homem como por vezes o faz o existencialismo, toda essência e toda estrutura. Se cada homem não é senão aquilo que *se faz*, então não há nem humanidade, nem história” (MOUNIER, 1960, p. 73).

Sem ser capaz de abraçar em sua significação, em seu caminhar livre, Mounier concebe a noção de pessoa como uma *permanência aberta* à determinação. Ao tratar de estruturas do universo pessoal, Mounier não quer precisar essências, mas tratar da própria abertura de um absoluto permanente. Nesse sentido, a pessoa, apreendida numa experiência global, revelar-se-á uma atividade, “em oposição às coisas, pelo pulsar duma vida secreta onde incessantemente parece destilar a sua riqueza” (MOUNIER, 1960, p. 75).

Considerações Finais

O presente artigo teve como objetivo central verificar a possibilidade e os condicionamentos da liberdade em Mounier. Procurando sempre se libertar de visões redutoras do ser humano, Mounier propõe uma nova noção de pessoa, buscando contemplá-la para além de suas manifestações exteriores. O libertar-se de interpretações enviesadas, contudo, sempre exige um grande esforço, pois, sabe-se que é mais difícil se libertar de uma crença do que de aderir uma nova. Por isso, toda a exposição de noção de pessoa e, conseqüentemente, de liberdade em Mounier, é acompanhada de uma constante crítica a concepções redutoras do ser humano.

A pessoa, segundo Mounier, possui duas dimensões fundamentais: imergência e emergência. Essa dialética entre imanência e transcendência constitui uma das mais altas expressões do personalismo de Mounier. O espírito humano é limitado, imerso na natureza por uma série de determinismos. Mas, para além de sua imergência, o ser humano é capaz de transcendência. O ser humano pode viver e, de certa forma, tem

tendência de viver no nivelamento, no divertimento, na má-fé, na alienação, na inautenticidade, estados de vida que diversos filósofos denominaram como sendo estados de despersonalização, mas também é capaz de abarcar o universo, de ripostar, de transcender, de lançar luz nos mais recônditos rincões do universo.

É nesta noção de pessoa que se dá a liberdade humana. A liberdade, em Mounier, está em profunda relação com a condição global da pessoa. A liberdade encontra-se estreitamente ligada com os condicionamentos humanos e, por isso, é sempre condicionada. Não se trata de uma espontaneidade vital nem de uma lacuna nos condicionamentos, tal como muitas vezes se tem pretendido, mas de um chamado à libertação. A liberdade precisa ser conquistada, conclamada, invocada e após todo este esforço, precisa ser reconquistada, reconclamada, reinvocada, pois toda libertação traz em seu bojo a alienação.

Este otimismo trágico, este clima de elevação e queda que, para muitos, poderia parecer negação do ser humano, é a sua maior grandeza. Da mesma forma como a limitação humana tem sido expressa por Kant na *Crítica da Razão Pura*, “a pomba ligeira agitando o ar com seu livre vôo, cuja resistência sente, poderia imaginar que seu vôo fosse mais fácil no vácuo” sem se dar conta que é a própria resistência do ar que lhe possibilita voar, assim também muitas vezes não se percebe que é justamente a limitação que faz do ser humano um ser capaz de transcender, de amar e, enfim, capaz de liberdade.

Depois de percorrido este caminho, tem-se a convicção, por um lado, de que os objetivos da investigação foram alcançados e, por outro, do quando ainda falta percorrer. Sabe-se que o binômio pessoa e comunidade foi fonte inspiradora de toda a temática de Mounier. Além do mais, a própria liberdade humana somente pode ser compreendida na sua existência comunitária. A relação desse binômio, contudo, não tem sido contemplado em sua amplitude e, portanto, pode vir a ser objeto de uma nova investigação.

Referências

- MOUNIER, E. **O personalismo**. Trad. João Benard da Costa. Lisboa: Morais, 1960.
- MOUNIER, E. **Introdução aos existencialismos**. Trad. João Benard da Costa. São Paulo: Duas Cidades, 1963.
- LORENZON, A. **Atualidade do pensamento filosófico de Emmanuel Mounier**. Ijuí: Unijuí, 1996.
- RUEDELL, A. **Lições políticas para a América Latina: um estudo do pensamento político de E. Mounier**. Canoas: La Salle, 1985.
- SEVERINO, A. J. **Pessoa e existência: iniciação ao personalismo de Emmanuel Mounier**. São Paulo: Cortez, 1983.

Recebido em: 08.07.2018

Aprovado em: 02.01.2019